



Anais da Assembléia

Nº 58

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE MAIO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

| | |
|----------------------|---|
| PMDB - Governo | Deputado ORLANDO PESSUTI |
| PRN | Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS |
| PFL | Deputado ANTONIO COSTENARO NETO |
| PDT | Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO |
| PTB | Deputado ERONDY SILVÉRIO |
| PSDB | Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI |
| PT | Deputado ERNANI PUDELL |
| PL | Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO |
| PST | Deputado GERALDO CARTÁRIO |

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Jôlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado. (04/92)**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 11ª SESSÃO EXTRAORDINARIA
REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1992.

(TERÇA FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

As quinze horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Trojan, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Constenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, Oswaldo Trévisan, José Arthur Ritti, José Alves, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Emília Belinati, Eurides Moura, José Tavares, Nelson Justus e Severino Félix (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINARIA.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO 629-A

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente.

Sala das Sessões, em 12.05.92

(a) LUIZ CARLOS ALBORGUETTI

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes.

Passa-se a

ORDEM DO DIA.

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente. Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 057/89, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 326/84, de autoria do Deputado Nelson Vasconcelos que cria o Distrito Administrativo da Elisa, no município de Xambrê, com sede na localidade de mesmo nome e divisas que especifica. COM RELATORIO DA C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT/CC Nº 158/89

Curitiba, 06.09.89

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 151/89 dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 47, inciso III, e de conformidade com o § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 326/84, tendo em vista que o art. 30, inciso IV, da Constituição Federal dispõe que compete aos Municípios "criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual".

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) Alvaro Dias
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 326/84

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado, no Município de Xambrê, o Distrito Administrativo de Elisa, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

"Tem como ponto inicial e final, a ponte na Estrada Mestre sobre o Córrego Cantinflas - na divisa distrital com Casa Branca do Oeste e Xambrê; deste ponto, desce o Córrego Cantinflas até a foz do Córrego Boa Vista; daí, subindo pelo Córrego Boa Vista, até a foz do Córrego Ponta Alta, ainda divisando com Xambrê; pelo Córrego Ponta Alta acima até a ponte na Estrada Sático; pela Estrada Sático, ainda divisando com o Distrito sede, até o entroncamento com a Estrada Cascata; deste ponto, pela divisa entre os lotes 10 (exclusive) e 154 (inclusive), até a cabeceira do Ribeirão Cascata; daí, ainda divisando com o distrito sede, desce o Ribeirão Cascata até o Rio Xambrê, na divisa intermunicipal com Iporã; pelo rio Xambrê, até a ponte na Estrada Dourados, na divisa intermunicipal com Pérola; pela Estrada Dourados, até o cruzamento com a Estrada Mestre, na divisa distrital com Pindorama do Oeste; pela Estrada Mestre até o entroncamento com a Estrada Macaúbas; pela Estrada Macaúbas, até a ponte sobre o Córrego Miriquinha; pelo Córrego Miriquinha abaixo, até a sua foz no Ribeirão Miriquinha, divisando com o Distrito de Casa Branca do Oeste; pelo Ribeirão Miriquinha acima, e depois pela divisa dos lotes 84 (exclusive) e 85 (inclusive), até a estrada Mirta; pela Estrada Mirta, ainda divisando com o Distrito de Casa Branca do Oeste, e depois pela Estrada Walquíria, até o seu entroncamento com a Estrada Abandonada; pela Estrada Abandonada, no sentido de Casa Branca do Oeste, até a divisa entre os lotes 622 (exclusive) e 621 (inclusive) pela divisa dos lotes, até a ponte o Córrego Cantinflas, na Estrada Mestre, divisa distrital com Casa Branca do Oeste e Xambrê."

MEMORIAL DESCRITIVO DO
PERIMETRO URBANO DE ELISA

"Tem como ponto inicial e final o encontro da rua São Paulo com a rua Minas Gerais; pela Rua Minas Gerais até a rua Rio Grande do Sul; pela rua Rio Grande do Sul até a rua Sem Nome; pela rua Sem Nome até a rua São Paulo, pela rua São Paulo até a rua Minas Gerais."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.08.89

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 057/89

P A R E C E R:

A Proposição em tela, traz o Veto aposto ao Projeto de Lei nº 326/84, que foi comunicado a esta Casa, pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Pa-

raná, através do ofício DTL/SAT/CC nº 158/89, de 06 de setembro de 1989, daí decorrendo o prazo constitucional para a devota apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual, promulgada à 05 de outubro de 1989, através do § 1º, do Art. 71, usando da atribuição conferida pelo Art. 47, inciso VII, da mesma carta.

Fundamenta-se o Veto, na arguição de inconstitucionalidade do objeto da matéria, com fulcro no Art. 30, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil, que preceitua ser de competência dos Municípios a criação, organização e supressão de Distritos.

Notado o intuito de adequação a realidade imposta pela nova ordem constitucional brasileira, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORAVEL à manutenção do Veto aposto.

E o parecer.

Sala de Comissões, e, 24.10.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

SABINO CAMPOS

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 058/59, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 323/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELOS, que cria o Distrito Administrativo de Casa Branca do Oeste, no Município de Xambrê, com divisas que especifica. COM RELATORIO DA C.C.J., considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT/SEQ Nº 156/89

Curitiba, 06 de setembro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 150/89, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 47, inciso III, e de conformidade com o § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 323/84, tendo em vista que o art. 30, inciso IV, da Constituição Federal dispõe que compete aos Municípios "criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual".

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 323/84

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado, no Município de Xambrê, o Distrito Administrativo de CASA BRANCA DO OESTE, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

"Tem, como ponto inicial e final, a ponte sobre o rio Pacaraí, divisa intermunicipal com Umuarama, na estrada Icaraíma ou Galina; seguindo pela Estrada Icaraíma ou Galina até o entroncamento com a Estrada Pavão, divisando com o Distrito de Pindorama do Oeste; pela Estrada Pavão, até a ponte sobre o Ribeirão Miriquina, na divisa com o Distrito de Elisa; deste ponto, subindo o ribeirão Miriquina até a foz do Córrego Mundão, ainda divisando com o Distrito de Elisa; daí, pela divisa entre os lotes 84 (inclusive) e 85 (exclusive) até alcançar a Estrada Mirta; pela Estrada Mirta até a Estrada Walquíria, ainda na divisa com o Distrito de Elisa; seguindo pela Estrada Walquíria, até o seu entroncamento com a Estrada Abandonada; pela Estrada Abandonada seguindo no sentido de Casa Branca do Oeste, até a divisa entre os lotes 622 (inclusive) e 621 (exclusive); seguindo pela divisa dos lotes, até a Estrada Mestre, na divisa distrital com Xambrê; pela Estrada Mestre, até o seu cruzamento com a Estrada Caramuru; daí, pela Estrada Caramuru, até a ponte sobre o Córrego Caramuru, ainda divisando com Xambrê; deste ponto, desce pelo Córrego Caramuru até a sua foz no Rio Pacaraí, na divisa intermunicipal com Umuarama; daí, descendo o Rio Pacaraí, na divisa intermunicipal com Umuarama; daí, descendo o Rio Pacaraí, até a ponte na Estrada Icaraíma ou Galina."

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO
DE CASA BRANCA DO OESTE

"Tem como ponto inicial e final o cruzamento da Estrada das Chácaras Oeste com a Estrada das Chácaras Norte; pela Estrada das Chácaras Norte até a Estrada das Chácaras Sul; pela Estrada das Chácaras Sul até a Estrada das Chácaras Oeste; pela Estrada das Chácaras Oeste até a Estrada das Chácaras Norte."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 15.08.89.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 58/89

P A R E C E R:

A proposição em tela, traz o veto aposto ao Projeto de Lei nº 323/84, que foi comunicado a esta Casa, pelo Excelen-

tíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, através do Ofício DTL/SAT/CC nº 156/89, de 06 de setembro de 1989, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual, promulgada a 05 de outubro de 1989, através do § 1º, do Art. 71, usando da atribuição conferida pelo Art. 47, inciso VII, da mesma carta.

Fundamenta-se o veto, na arguição de inconstitucionalidade do objeto da matéria, com fulcro no Art. 30, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil, que preceitua ser de competência dos municípios, a criação, organização e supressão de Distrito.

Notado o intuito de adequação a realidade imposta pela nova ordem constitucional brasileira, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer favorável à manutenção do veto apostado, pois é de nosso entender que a disposição, iniciativa e processualização legislativa, no tocante à matéria, é de âmbito municipal.

E o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 24.10.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

SABINO CAMPOS

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 59/89, veto apostado ao Projeto de Lei nº 324/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELOS, que cria o Distrito Administrativo de PINDORAMA, no município de Xambrê e divisas que especifica. Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT/CC/157/89

Curitiba, 06 de setembro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 152/89, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 47, inciso III, e de conformidade com o § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 324/84, tendo em vista que o art. 30, inciso IV, da Constituição Federal dispõe que compete aos municípios "criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual."

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 324/84

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1º - Fica criado, no Município de Xambrê, o Distrito Administrativo de PINDORAMA DO OESTE, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

Tem como ponto inicial e final, a ponte sobre o rio Paracai, divisa intermunicipal com Umuarama, na estrada Icaraíma ou Galina, seguindo pela Estrada Icaraíma ou Galina até o entroncamento com a Estrada Pavão, divisando com o Distrito de Casa Branca do Oeste; pela Estrada Pavão até a ponte sobre o ribeirão Miriquina; descendo pelo ribeirão Miriquina até a foz do Córrego Miriquina, ainda divisando com o Distrito de Casa Branca do Oeste; daí, subindo pelo Córrego Miriquina, até a ponte na Estrada Macaúbas, divisando com o Distrito de Elisa; pela Estrada Macaúbas até o entroncamento com a Estrada Mestre; daí ainda divisando com o Distrito de Elisa, segue pela Estrada Mestre até o seu cruzamento com a Estrada Dourados, na divisa intermunicipal com Pêrola; pela estrada Dourados e depois pela Estrada Lontra, até a ponte sobre o Rio Paracai, na divisa intermunicipal com Umuarama; daí, subindo o Rio Paracai, até a ponte na Estrada Icaraíma ou Galina."

MEMORIAL DESCRITIVO PERÍMETRO URBANO DE
PINDORAMA DO OESTE

"Tem como ponto inicial e final o cruzamento da Estrada Lontra com a Estrada Tupi; pela Estrada Tupi até a Estrada Cravo; pela Estrada Cravo até a Estrada Sem nome; pela Estrada Sem Nome, passando pelos fundos das Quadras nºs 20, 11, 2 e 1 (todas, inclusive), até a Estrada Lontra; pela Estrada Lontra até o cruzamento com a Estrada Tupi."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 15.08.89.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 59/89

P A R E C E R

A proposição em tela, traz o veto aposto ao Projeto de Lei nº 324/84, que foi comunicado a esta Casa, pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, através do Ofício DTL/SAT/CC nº 157/89, de 06 de setembro de 1989, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual, promulgada a 05 de outubro de 1989, através do § 1º, do Artigo 71, usando da atribuição conferida pelo Artigo 47, inciso VII, da mesma carta.

Fundamenta-se o veto, na arguição de inconstitucionalidade do objeto da matéria, com fulcro no Art. 30, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil, que preceitua ser de competência dos municípios, a criação, organização e supressão de Distritos.

Notado o intuito de adequação a realidade imposta pela nova ordem constitucional brasileira, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer favorável à manutenção do veto apostado, pois é de nosso entender que a disposição, iniciativa e processualização legislativa, no tocante à matéria, após advento da promulgação da nova carta magna, é de âmbito municipal.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 24.10.89.

(aa) CANDIDO BASTOS

Presidente

SABINO CAMPOS

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 61/89, veto apostado ao Projeto de Lei nº 337/88, de autoria do Deputado TADEU LÓCIO MACHADO, que cria o Distrito Administrativo de FELISBERTO, no município de Curiúva, com as divisas que especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT/CC/174/89

Curitiba, 27 de setembro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 171/89, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 47, inciso III, e de conformidade com o § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 337/88, tendo em vista que o art. 30, inciso IV, da Constituição Federal dispõe que compete aos municípios "criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual."

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 61/89

P A R E C E R:

A proposição em tela, traz o veto aposto ao Projeto de Lei nº 337/88, que foi comunicado a esta Casa, pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, através do Ofício DTL/SAT/CC nº 174/89, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembleia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição do Estado, no seu Art. 71, § 1º, usando a atribuição que lhe confere o Art. 87, VII, da nova Carta Magna. A razão pela qual o veto foi aposto pelo Sr. Governador é a inconstitucionalidade da proposta em análise, vale dizer que a mesma vem a ferir preceitos da Constituição Federal e que é o art. 30, inciso IV, que dispõe que compete aos Municípios "criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual".

Portanto, diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando esta douta Comissão de Constituição e Justiça, em conformidade com o art. 48 do Regimento Interno, pela manutenção do veto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24.10.89.

(aa) CANDIDO BASTOS

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 65/89, veto aposto ao Projeto de Lei nº 200/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, atribuindo gratificação de Representação aos funcionários ocupantes dos cargos de nível superior do Poder Judiciário. COM RELATÓRIO DA C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT/212/89

Curitiba, 14 de novembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 200/89, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 47, inciso VII, e de conformidade com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 200/89, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que "Aos funcionários ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Grupo Ocupacional Superior dos Quadros de Pessoal do Tribunal de Justiça e de Alçada, fica assegurada a percepção de verba de representação correspondente a 80% (oitenta por cento) sobre o respectivo vencimento, incorporável ao mesmo vencimento para todos os efeitos legais. "Tal vantagem, segundo prevê o art. 3º, terá efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 1989.

Curitiba, terça, em 12.05.92

O veto aposto decorre da inconstitucionalidade da medida, eis que fere o mandamento contido no inciso X, do art. 27, da Constituição Estadual, que não permite seja dado tratamento diferenciado nas majorações de remuneração de servidores públicos do Estado. Também porque conflita com as disposições do inciso XII, do mesmo art. 27, da Carta Estadual, segundo as quais "os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo".

Tal inconstitucionalidade torna-se indiscutível pelo fato de que servidores do Poder Executivo, de funções assemelhadas e que ocupam cargos cujo provimento exija habilitação em curso superior, não percebem o questionado benefício.

Ademais, inobstantemente a inconstitucionalidade apontada, devem ser levadas em conta as atuais dificuldades do erário público em gastos com pessoal e o fato de que tais dispêndios são limitados por dispositivos da Magna Carta Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 200/89, encontra-se publicado no D.A. nº 84/89, de 02.10.89, em Primeira Discussão).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 65/89

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 200/89, da lavra do Tribunal de Justiça do Estado, teve seu curso normal por esta Casa, dela merecendo a conseqüente aprovação.

Levado à sanção, foi vetado pelo Governador, em prazo hábil, cuja comunicação denegatória foi objeto do Ofício DTL/SAT nº 212/89.

No expediente em pauta, o Governador justifica as razões do veto, invocando dispositivos constitucionais que inviabilizem a prosperidade do projeto.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, face aos argumentos constitucionais apontados e, tendo em vista a matéria encontrada-se devidamente instruída, se manifesta favoravelmente para que o veto apostado seja apreciado e julgado pelo soberano Plenário desta Casa de Leis.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

JOSE AFONSO JÚNIOR

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 069/89, VETO PARCIAL aposto ao Projeto de Lei nº 226/89, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que majora os vencimentos dos servidores e serventuários do quadro de pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e Alçada e dá outras providências. SEM RELATÓRIO DA C.C.J.

OF/DTL/SAT/CC nº 235/89

Curitiba, 24 de novembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 231/89, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto nos § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 226/89, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que, com efeitos retroativos a 1º de julho de 1989, os vencimentos dos servidores e serventuários integrantes dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada são majorados em 30% (trinta por cento) e que os percentuais correspondentes às promoções horizontais previstas nos artigos 18 e 12, respectivamente, das Leis nº 8.672 e 8.673, são elevados conforme específica. Visa, ainda, o Projeto de Lei em causa, a criação de um cargo em comissão de Diretor do Departamento de Serviços Gerais, símbolo DAS-3, na Secretaria do Tribunal de Justiça.

O veto parcial aposto incidiu sobre os artigos 1º, 2º, 4º e 5º tendo em vista que suas disposições conflitam com os mandamentos contidos no inciso X, do art. 27, da Constituição Estadual, que não permitem seja dado tratamento diferenciado nas majorações de remuneração dos servidores públicos estaduais.

Ainda, por ferirem o inciso XII, tam-

bém do art. 27, da Carta Estadual, o qual textualmente estabelece que "os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo".

Por outro lado, além da inconstitucionalidade apontada, devem ser levadas em conta as atuais dificuldades do erário público em gastos com pessoal e o fato de que tais dispêndios são limitados por dispositivos da Magna Carta Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- O Sr. 1º Secretário, procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados para votação.

A Presidência deseja salientar que para a rejeição do veto, com conseqüente aprovação do projeto, será necessário que vinte e oito Senhores Deputados votem não, conforme previsão da parte final do § 4º do artigo 71.

(Procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Votaram 42 (quarenta e dois) Senhores Deputados.

Designo uma Comissão composta pelos Senhores Deputados Duílio Genari, João Iensen, Dirceu Manfrinato para comporem a Comissão de Escrutinação.

Votaram 42 Senhores Deputados.

Pela manutenção do veto: 28

Pela rejeição: 08

Branco: 05

Nulo: 01

Mantidos os Vetos e Rejeitados os Projetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.